

Gestão de Sistemas de Informação Contábeis para Micro e Pequenos Empreendimentos

Vinicius Silva Pereira¹

vinicius56@bol.com.br

Fernanda Maciel Peixoto²

fmaciel@triang.com.br

1 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Gestão e Negócios - Uberlândia, MG, Brasil

2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Gestão e Negócios - Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

O presente artigo trata do tema “Sistemas de Informação Contábeis para Micro e Pequenas Empresas”. Para tanto, é feita uma breve contextualização dos micro e pequenos empreendimentos mineiros e é tecida um referencial teórico sobre as informações contábeis mais relevantes para esse tipo de empresas. Logo em seguida, apresenta-se um Estudo de Multi-Casos que descreve um interessante diagnóstico e curiosas análises, demonstrando as carências de três micro e pequenas empresas de Uberlândia-MG, sendo uma do setor comercial, uma indústria e uma entidade do Terceiro Setor. As descobertas do artigo são contrastadas com os dados pesquisados pelo SEBRAE/MG (2004). Nas considerações finais e recomendações, o trabalho indica novas oportunidades de pesquisa associadas ao melhor gerenciamento desses empreendimentos.

Palavras chave: Sistemas de Informação Contábeis, Micro e Pequenas empresas, Setores Econômicos.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O CONTEXTO ATUAL DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS MINEIROS

Há muitos anos sucessivos que as pesquisas realizadas pelo SEBRAE¹ apontam para uma mesma realidade lastimável das micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras² – a alta taxa de mortalidade destes empreendimentos.

No Estado de Minas Gerais tal realidade não é diferente. A última pesquisa publicada pelo SEBRAE (2004) e SEBRAE/MG (2004) revela que para as empresas constituídas nas juntas comerciais do Brasil e Minas Gerais nos anos 2000, 2001 e 2002, o índice de mortalidade é assustador e aponta como as principais causas desta elevada mortalidade os problemas de controle contábil-financeiro e a ausência de um sistema de informação contábil.

A comparação dos resultados, segundo pesquisa do SEBRAE (2004) e SEBRAE/MG (2004), envolvendo as apurações nacional e estadual, é mostrada na Tabela 1, podendo ser verificado que inexistem diferenças significativas entre as taxas, uma vez que o erro de amostragem da pesquisa é de cinco pontos percentuais. Percebe-se então que trata-se de uma triste realidade em nível nacional, com pequenas alterações em níveis regionais.

Tabela 1: Taxa de mortalidade de empresas em Minas Gerais, comparativamente com as das Regiões e do Brasil

Ano de Constituição	Minas Gerais	Regiões					Brasil
		Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	

2002	45	48,9	52,9	46,7	47,6	49,5	49,4
2001	50	56,7	60,1	53,4	51,6	55,1	56,4
2000	47,4	61,1	58,9	62,7	53,3	53,9	59,9

Fonte: Pesquisa direta SEBRAE/MG.

Obs: para obtenção da taxa de mortalidade empresarial para o Brasil foram efetuadas ponderações.

Segundo estas pesquisas, verificou-se que as principais razões que levaram as MPEs ao insucesso (“morte”), sob a ótica da percepção dos empreendedores, foi a falta de um sistema de informações e de um eficiente controle contábil-financeiro (SEBRAE, 2004).

Restringindo a análise ao estado de Minas Gerais, a pesquisa do SEBRAE/MG (2004) aponta que os ex-empresários mineiros, através de respostas aos questionários, julgaram que a falta de capital de giro, que trata-se de um elemento gerenciado pela área de finanças, foi o elemento fundamental para o fechamento das suas empresas. Ademais, reclamações muito significativas foram feitas com relação a problemas financeiros (33,33% dos entrevistados mineiros). E as elevadas cargas tributárias foram citadas, pelos ex-empresários, como o segundo elemento que mais contribui para o insucesso das MPEs, fator este que também tem interface com a área de finanças e contabilidade.

1.2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A partir do breve contexto descrito no item anterior, conscientes de que a gestão dos sistemas de informação contábeis para micro e pequenas empresas é fundamental para sua sobrevivência e continuidade, colocam-se as seguintes questões de pesquisa:

Quais ferramentas contábeis-financeiras estas empresas precisam privilegiar para sobreviver e se manter no mercado competitivo atual? E, uma vez definidas quais ferramentas são prioritárias, como gerenciá-las?

Foi pensando nestas questões que foram escolhidas três MPEs da cidade de Uberlândia/MG, clientes da Apoio Consultoria, Empresa Júnior do Curso de Administração da Universidade Federal de Uberlândia, sendo que a primeira organização é uma MPE do setor comercial, a segunda é do setor industrial e a terceira é uma cooperativa. Estas empresas – que solicitaram não ser identificadas - procuraram a Apoio Consultoria para que os consultores, incluindo um dos autores, pudessem identificar e propor soluções aos problemas apontados pelos dirigentes das mesmas.

1.3. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

O objetivo deste trabalho envolve três aspectos principais: (1) traçar um diagnóstico da situação contábil-financeira atual das organizações objeto de estudo; (2) verificar se tal diagnóstico é coerente com os dados da pesquisa do SEBRAE/MG (2004); e (3) apontar indícios de como essas empresas poderiam melhorar sua gestão e processo decisório utilizando ferramentas contábeis-financeiras em seu dia-a-dia.

Cabe aqui ressaltar que a priorização de ferramentas e não a simples utilização de todas elas também é fator de relevância uma vez que as MPEs possuem severas restrições quanto a disponibilidade de recursos financeiros e precisam de adaptação dessas às suas necessidades e realidades específicas.

Em geral, as micro e pequenas empresas brasileiras, em especial as mineiras, se utilizam da contabilidade apenas para atender a alguns requisitos mínimos da legislação³, havendo pouca preocupação com objetivos, metas e resultados. Portanto, conclui-se que tais empresas teriam muito a se beneficiar se utilizassem dos conceitos de Contabilidade

Gerencial e Sistemas de Informação Contábeis com maior profundidade (MARION, 1997). Daí demonstra-se a relevância deste trabalho.

1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo se desenvolveu seguindo uma abordagem qualitativa, sob a forma de estudo de multi-casos. Caracteriza-se por ser um trabalho descritivo⁴. (RICHARDSON, 1989; YIN, 2001).

Adotou-se a abordagem de estudo de multi-casos de Yin (2001), usando diversas fontes de evidência, tais como: documentos, registros em arquivos computadorizados, observação não-participante e entrevistas semi-estruturadas⁵ pessoalmente, por telefone e correio eletrônico. O uso de múltiplas fontes visa conferir maior credibilidade ao estudo.

Esta pesquisa exigiu, portanto, coleta de dados primários (entrevistas) e secundários (documentos) e se desenvolveu em duas etapas principais: (1) revisão bibliográfica e coleta de alguns documentos por meios eletrônicos; (2) visitas às organizações, visando conhecer aspectos globais das mesmas e especificamente sua realidade contábil-financeira.

Quanto aos limites da pesquisa, tem-se duas limitações principais: (1) análise restrita das áreas contábil-financeiras; (2) impossibilidade de se fazerem generalizações, havendo alto nível de validade interna, mas baixa validade externa, devido ao fato de terem sido pesquisadas apenas três organizações de Uberlândia-MG.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Resnik (1991, p.3) trata com clareza o tema “Gestão da MPE”, traçando um paralelo entre o sucesso e o fracasso da MPE, relacionando-os às ações implementadas e decisões tomadas pela administração, afirmando inclusive:

A boa administração é o fator determinante da sobrevivência e sucesso. A má administração – e não a economia, a concorrência, a inconsistência dos clientes ou o azar – é o fator que determina o fracasso. A boa administração – capacidade de entender, dirigir e controlar a empresa – baseia-se na atenção crítica do proprietário-gerente, e/ou responsáveis pela administração, aos poucos fatores decisivos responsáveis pelo sucesso e sobrevivência da empresa. (RESNIK, 1991, p.3)

A ciência (e não a arte) de administrar – capacidade de entender, dirigir e controlar eficientemente as pequenas empresas, tendo em vista as colocações de Resnik (1991), corroboradas por autores como Schell (1995) e Pereira Jr. (1995) – é o fator preponderante para sua manutenção no grupo das empresas que alcançam o “sucesso”, dentro do ambiente no qual se encontram inseridas, cumprindo o seu papel e alcançando seus objetivos planejados.

2.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

Os Sistemas de Informação são sistemas que permitem a coleta, o armazenamento, o processamento, a recuperação e a disseminação de informações interdependentes que formam um todo unitário. Um executivo, para que possa tomar decisões, necessita ter visão do seu negócio, o que acontece devido as informações que o mesmo tem da empresa, definindo o rumo da mesma. Mas, para isso, ele precisa do auxílio de uma tecnologia, mesmo que esta seja, por exemplo, uma caderneta de anotações, que lhe informe a situação passada, atual e com referências ao futuro do que está sendo gerenciado. Mas, devido a grande quantidade de

informações necessárias para uma empresa os Sistemas de Informação são, hoje, quase sem exceção, baseados no computador (como fonte de tecnologia) e apóiam as funções operacionais, gerenciais e de tomada de decisão existentes nas organizações (LAUDON & LAUDON, 2001).

Os Sistemas de Informações Contábeis (SIC) são sistemas de nível operacional que coletam e armazenam dados sobre transações e às vezes controlam decisões que são executadas como parte de uma transação. Atendem à área contábil-financeira e controlam o fluxo de informações financeiras. Os sistemas de contabilidade, controle de estoques, contas a pagar e a receber, faturamento, etc., são exemplos representativos (LAUDON & LAUDON, 2001).

A partir da pesquisa do SEBRAE/MG (2004), verificou-se que a existência de um SIC estruturado e eficiente é fator fundamental para a sobrevivência e continuidade das micro e pequenas empresas.

2.3. AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS-FINANCEIRAS MAIS RELEVANTES PARA AS MPES

A partir das definições de Sistemas de Informação e de SICs e sua relação com o negócio das empresas objeto de estudo, pode-se partir para a identificação das informações contábeis e financeiras mais relevantes para seu dia-a-dia.

São inúmeras as informações que poderiam auxiliar no processo decisório destas organizações, mas decidiu-se focar as seguintes:

- Inventário de estoque: utilização das informações de estoque para reduzir custos com estocagem (custos de pedir e de manter), custos operacionais e priorizar os produtos de maior rentabilidade (SLACK, 2002).
- Controle de fluxo de caixa: mantém a liquidez da empresa evitando que a mesma recorra a empréstimos de curto prazo desnecessários, submetendo-se a altas taxas de juros cobradas por estes recursos. Busca-se também reduzir a utilização de limites de crédito e cheque-especial, muito comuns na realidade das MPES (GITMAN, 1997).
- Elaboração de Demonstrativos Financeiros (DRE, Balanço Patrimonial): oferecem informações financeiras e contábeis essenciais para um gestor como faturamento, lucro líquido, despesas, passivos de curto prazo, imobilizado, etc., o que permite comparações com os anos anteriores e projeções para o futuro (ASSAF NETO, 2003).
- Informações de cobrança e recebimentos de duplicatas: muito importantes para o controle de fluxo de caixa e para a avaliação da necessidade de capital de giro. Ao serem lançadas nas suas respectivas datas as duplicatas de recebimento têm um saldo positivo na conta caixa e as duplicatas de cobrança um saldo negativo. Assim têm-se a situação dos pagamentos da empresa para os próximos dias e meses. Qualquer falha no recebimento pode gerar em desentaxa e comprometer o pagamento aos fornecedores levando ao endividamento das empresas. Tais informações servem de base para se realizar uma política de cobrança aos clientes mais eficiente e sem constrangimento dos mesmos (GITMAN, 1997).
- Identificação de Custos e Despesas: imprescindíveis para a precificação dos produtos e para saber se é possível ou não reduzi-los (KAPLAN & JOHNSON, 1996).

- Capital de Giro: um eventual desencaixe pode ocorrer e as vendas podem aumentar, o que gera necessidade de um capital de giro para servir de suporte a estas situações e evitar endividamentos onerosos (GITMAN, 1997).
- Tais informações foram selecionadas por serem básicas para micro e pequenos empreendimentos e devido à dificuldade destas empresas de utilizarem ferramentas contábeis-financeiras mais elaboradas devido à restrições de recursos financeiros e mão-de-obra menos qualificada em seus quadros de pessoal.

3. VALIDAÇÃO PRÁTICA: AS TRÊS ORGANIZAÇÕES ANALISADAS

Com o objetivo de lançar um olhar crítico sobre a realidade de três empresas uberlandenses, foram analisadas organizações provenientes de três setores: comercial, industrial e uma entidade do terceiro setor (cooperativa). A pedido das organizações, não foi feita sua identificação no presente trabalho (elas foram chamadas de Empresas 1, 2 e 3).

3.1. ORGANIZAÇÃO 1

Trata-se de uma empresa que foi fundada em 1995, na cidade de Uberlândia-MG, e atualmente em 2006, consolida onze anos de atuação no mercado comercializando bens e serviços paisagísticos.

Nesta empresa, são identificadas duas fontes de receitas: venda de plantas e insumos (plantas ornamentais, plantas frutíferas, flores, vasos, cerâmicas, cascatas, telas, terra, adubo, grama, arbustos, etc.) e prestação de serviços de paisagismo como elaboração de projetos, implantação e manutenção de jardins.

Outros dados adicionais sobre a organização são: o local onde a empresa funciona é alugado e não há uso de financiamentos para alavancar o empreendimento, sendo sempre restrito ao capital próprio. Durante os onze anos de existência, a empresa tem vivenciado dificuldades financeiras. As receitas superam as despesas e demais custos operacionais do negócio, porém devido à falta de controle da proprietária este fato só veio a ser descoberto após o diagnóstico.

3.2. ORGANIZAÇÃO 2

É uma MPE industrial que fabrica peças artesanais, situada em Uberlândia-MG, com clientes geograficamente dispersos no Estado, fundada em 2002. Além da fabricação a empresa comercializa os seus produtos.

A partir do diagnóstico, verificou-se que o proprietário incorreu em grandes gastos com a construção e a aquisição de terreno, comprometendo grande parcela de capital, que logo se tornou insuficiente para a operacionalização do negócio planejado, tendo que recorrer a empréstimos bancários.

Apesar destas dificuldades, o grande talento artístico do sócio-proprietário facilitou o processo de criação e desenvolvimento de novas peças e o negócio começou a ver seu faturamento aumentar gradativamente. Porém, a falta de um conhecimento gerencial mais acurado na parte humana e principalmente financeira-contábil, levou a empresa à incertezas quanto a sobrevivência à longo prazo. Várias vezes pensou-se na hipótese de fechamento da empresa.

Além da principal dificuldade enfrentada pela empresa que é a falta de um controle financeiro, percebida pelo diagnóstico, a empresa sofreu e sofre de carência e precariedade de

controles administrativos. Apesar do tempo no mercado a empresa ainda não conseguiu se estabilizar financeiramente.

Atualmente a empresa conta com quinze funcionários, além de contar com terceiros para efetuar alguns processos internos.

A empresa planeja, a médio prazo, investir mais no mercado, ampliando seu contato com novos clientes. Foi planejada pelos proprietários a melhoria do galpão onde está instalada a empresa, com o objetivo de melhorar a organização interna e seu *lay-out*. Além disso, planeja-se a criação de uma loja neste mesmo local para vender diretamente ao cliente final.

3.3. ORGANIZAÇÃO 3

O presente trabalho envolveu também o estudo de uma entidade do terceiro setor – uma Cooperativa de Catadores de Lixo de Uberlândia-MG. Tal Cooperativa conta hoje com cerca de 33 cooperados.

Foi criada com intuito de organizar o trabalho dos catadores de lixo de Uberlândia, no início de 2003. Tratava-se de mais uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, de implantação de programas de coleta solidária em municípios do território nacional, obtendo o apoio da Prefeitura Municipal, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do SEBRAE. Para o funcionamento da Cooperativa foi fundamental o apoio da Prefeitura que cedeu toda a infra-estrutura (prédio, prensa de lixo, caminhão coletor e mão de obra para auxiliar nos processos administrativos e operacionais - triagem do lixo).

No momento de sua criação e início de suas atividades, a Cooperativa vinha sofrendo diversos conflitos políticos e desconfiança dos seus membros.

Para minimizar estes conflitos e organizar melhor a Cooperativa, a Pró-reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) propôs uma parceria estruturada em um tripé composto pela própria Proex, Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) e Apoio Consultoria.

Ao se criar a Cooperativa não se investiu nem se promoveu a capacitação dos seus associados, o que já constituiu um primeiro problema, que levou a outros desdobramentos.

Os cooperados não possuíam noções de ordem jurídica nem noções administrativas, necessárias para obter um grupo de sócios comprometidos com os resultados da organização e para a gestão da mesma. Eles não se viam como proprietários, mas sim como meros funcionários de uma empresa, gerando um ambiente propício ao favorecimento de interesses individuais em detrimento dos coletivos.

Desencadeou-se, então, uma crise financeira na Cooperativa causada principalmente por:

- Ausência de ferramentas de controle administrativo/financeiro ou existência precária das mesmas;
- Sistema de vendas ineficiente;
- Ausência de planejamento a longo prazo.

Devido à ineficiência das ferramentas de controle administrativo existentes, os gestores não realizavam um controle adequado de estoque, da produção ou das horas trabalhadas dos cooperados; os lançamentos das contas eram feitos de forma errada; não existia um caixa próprio da organização e não era feito planejamento orçamentário.

Além disso, a maioria dos lançamentos das contas da Cooperativa não estava de acordo com as normas contábeis (não havendo um padrão de lançamento das contas e algumas sendo de cunho pessoal), o que gerava uma desorganização das informações, impossibilitando a Cooperativa de estar ciente de sua posição contábil-financeira. Havia também mistura de contas pessoais e contas da organização.

Assim, a organização foi perdendo credibilidade junto a seus membros e começou a haver hostilidades entre os integrantes do grupo.

Ainda no que tange às precárias ferramentas de controle, foi identificado a falta de um plano orçamentário que permitiria aos cooperados planejar e controlar, de forma quantitativa, como alocar recursos financeiros para cada “departamento”⁶ com base em suas atividades e nos objetivos de curto e longo prazo. Assim, a Cooperativa não realizava uma previsão de quanto deveria arrecadar para cobrir suas despesas, não tendo noção dos seus custos e nem de sua receita, o que a impedia de planejar e alocar recursos para suas atividades.

Por todos estes problemas gerados pela ausência de noção jurídica e gerencial já citados, houve descrédito do presidente da Cooperativa e aumento dos gastos. Isto levou a gestão da organização a decidir por tomar mais empréstimos, agravando a crise financeira já instalada.

3.4. ANÁLISE GLOBAL DAS TRÊS ORGANIZAÇÕES

No que tange aos aspectos anteriormente mencionados, é possível notar que todas as três MPEs carecem de fatores críticos de sobrevivência, que serão retratados a seguir.

Este trabalho restringe seu foco ao diagnóstico da área contábil-financeira, visando extrair informações contábeis essenciais para a sobrevivência das empresas objeto de estudo. Isto se justifica pois, apesar de existirem problemas nas demais áreas das organizações, tais dificuldades foram irrelevantes do ponto de vista da sobrevivência das mesmas.

Todos os problemas diagnosticados em cada empresa foram agrupados em um só quadro de análise - a Tabela 2. Para enriquecer em detalhes esta tabela, numa tentativa de mostrar os diferentes graus em que estes problemas ocorriam dentro das organizações, foi criada uma legenda. Assim, a letra “A” significa que os problemas estavam ocorrendo em Alta Intensidade, a letra “M” representa problemas de Intensidade Moderada e, por fim, a letra “B” retrata os de Baixa Intensidade.

Tabela 2: Problemas diagnosticados na área financeira das três MPEs

PROBLEMAS	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3
Ausência de um controle de fluxo de caixa	A	A	A
Falta de uma política de cobrança e recebimentos, atraso no pagamento de duplicatas e inadimplência	A	B	A
Ausência de uma política de estoques	A	A	A
Descontrole das receitas	B	B	A
Ausência de demonstrativos financeiros como DRE e Balanço Patrimonial	A	A	A
Desconhecimento de custos e despesas	M	M	A
Forma incorreta de precificação dos produtos e serviços	M	A	M
Mistura das contas da empresa com contas pessoais	A	A	A
Ausência de capital de giro suficiente	A	A	A
Desorganização e precariedade das informações de contas a pagar e receber	A	A	A

LEGENDA DA INTENSIDADE DOS PROBLEMAS:

A – Alta Intensidade

M – Média Intensidade
B – Baixa Intensidade

Percebe-se pela Tabela 2 que todos os problemas estavam presentes nas MPEs analisadas, não existindo nenhum destes problemas totalmente resolvido. Nota-se também que cerca de 77% dos problemas ocorrem com uma intensidade alta, contra aproximadamente 17% dos moderados e 6% de baixa intensidade.

Comparando as três MPEs analisadas pelos autores com as MPEs pesquisadas pelo SEBRAE (2004) e SEBRAE/MG (2004), percebe-se uma semelhança. Os principais fatores de mortalidade das empresas nas referidas pesquisas são a falta de capital de giro, a inadimplência e os problemas financeiros em geral. Com base no diagnóstico realizado neste estudo, a falta de conhecimento gerencial é o principal problema das MPEs, pois leva aos demais, além dos problemas contábeis-financeiros verificados no diagnóstico.

A inexistência de uma gestão financeira adequada nestas empresas ainda provoca uma série de problemas de planejamento e controle financeiro, dentre os quais citamos:

- Ausência de controle de fluxo de caixa: as empresas analisadas não conhecem corretamente o volume e a origem dos recebimentos e o volume e o destino dos pagamentos, porque não elaboram o fluxo de caixa. O fluxo de caixa permite ter um planejamento mais adequado dos gastos da empresa no tempo, facilitando a visualização dos mesmos em relação às entradas, de modo que estas sejam sempre maiores que aquelas, para não gerar desequilíbrio. Além disso, se o caixa da empresa não for minimamente controlado, a mesma incorre em altos riscos, pois a liquidez da empresa fica comprometida e esta tem que recorrer aos cheques especiais e endividamentos de curto prazo, com altas taxas de juros. E a falta de um controle de contas a receber e contas a pagar, prejudica e impossibilita a elaboração de um fluxo de caixa. Assim uma simples organização e controle destas informações seria suficiente para se ter um fluxo de caixa mais funcional (GITMAN, 1997).
- Falta de uma política de cobrança e recebimento, atraso no pagamento de duplicatas e inadimplência: ausência de definição da política de controle de cobranças e recebimentos. As empresas deste estudo precisam adotar um padrão para iniciar os procedimentos de cobrança de inadimplentes, suspensão dos serviços prestados e cancelamento da prestação de serviços. Desta forma elas podem organizar melhor seu cadastro de clientes e evitar inadimplência, que é um dos fatores de mortalidade citados pelo SEBRAE/MG (2004).
- Ausência de uma política de estoques: tal controle é desejável para se estimar a quantidade e o momento de comprar, evitando desperdícios, custos de estocagem e falta de material para a produção. Isso é relevante principalmente nas Empresas 1 e 3 em que suas atividades principais estão intimamente relacionadas com estocar materiais.
- Descontrole das receitas: a falta de organização dos dados e de manutenção de um histórico de faturamento contábil, ou seja, que não corresponde ao real, dificultam as empresas saber até mesmo suas receitas brutas. As anotações feitas sem critério e de forma avulsa em agendas, quando feitas, geram poluição visual e dificuldade de encontrar a informação sobre o faturamento mensal. Assim, uma análise mais precisa de sazonalidade das vendas e produtos mais vendidos, não poderia ser feita por inexistência de informações relevantes. Isso dificulta sobremaneira a verificação e análise do desempenho das empresas.

- Ausência de demonstrativos financeiros como DRE e Balanço Patrimonial: não se sabe se as empresas estão tendo lucro em suas atividades operacionais, porque não é elaborado o demonstrativo de resultados. As empresas deste estudo deveriam apurar seus DREs e Balanços Patrimoniais a cada seis meses e um ano respectivamente, com a ajuda de seus contadores;
- Desconhecimento de custos e despesas: não calculam corretamente o preço de venda de seus produtos e serviços, porque não conhecem os seus custos e despesas. É um dos principais motivos que leva ao caixa deficitário e conseqüentemente à escassez de capital de giro destas empresas. Este foi o principal problema financeiro encontrado. Não fazem um detalhamento de todos os custos da empresa e de cada produto. Não conhecem corretamente os custos das mercadorias vendidas, porque não fazem um registro adequado do estoque de mercadorias, o que pode resultar em problemas com a Receita Estadual;
- Forma incorreta de precificação dos produtos e serviços: a Empresa 1 e a Empresa 3, por serem organizações não-industriais tinham no preço de compra uma referência de seus custos. Assim embutiam no preço de compra uma margem percentual (mark-up) e revendiam estes produtos. Porém, esta forma de definir preços não é adequada uma vez que a margem pode não cobrir os custos e despesas da empresa, vendendo a mercadoria com prejuízo. Na Empresa 2, por ser uma empresa industrial, tal prática de precificação ficava impossibilitada devido a quantidade de matéria-prima presente nos produtos e as mesmas eram compradas em lotes. Assim os proprietários não conseguiam saber a quantidade de material presente em cada produto. O que se fazia era uma estimativa destes custos, o que se comprovou equivocado com a realização do diagnóstico, sendo que a empresa vendia muitos de seus produtos abaixo do preço de custo;
- Mistura de contas da empresa com contas pessoais: desconhecem quanto os sócios-proprietários retiram de pró-labore ou cota parte (cooperativa), porque não estabelecem um valor fixo para a remuneração dos sócios, retirando do caixa da empresa. É necessário que seja feita a separação do caixa oficial da empresa e o pró-labore dos proprietários ou a cota parte dos cooperados de acordo com os lançamentos de valores a pagar e receber, pois na situação atual as empresas estão sendo descapitalizadas. Sugere-se que os proprietários façam um cálculo de suas despesas pessoais e estabeleçam um percentual sobre o lucro líquido mensal correspondente;
- Ausência de capital de giro adequado: não sabem administrar corretamente o capital de giro da empresa, porque não conhecem o ciclo financeiro de suas operações. O capital de giro permite a empresa honrar com suas obrigações em um eventual déficit de caixa. Pode ser obtido ao se elaborar um fluxo de caixa adequado;
- Desorganização e precariedade das informações de contas a pagar e a receber: não têm as informações corretas sobre saldo de caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a receber, valor das contas a pagar, volume das despesas fixas ou financeiras, etc., porque não é feito o registro adequado das transações realizadas. Não há relatórios padronizados com os valores de gastos. Para algumas empresas, “o velho e bom caderno” ainda é uma boa ferramenta para controle, para outras, como é o caso das três MPEs analisadas, o computador é imprescindível. Mas em qualquer caso é preciso sempre registrar todos os dados. Como solução, a forma de registro deveria ser mais organizada, confiável e

permitir obter informações mais confiáveis e rapidamente, utilizando softwares de gestão acessíveis presentes no mercado.

Assim, cabe ressaltar que se nem ao menos informações financeiras isoladas simples tais empresas conseguem obter, o que dirá reunir estas informações (inexistentes) para fazerem uma análise e planejamento financeiro da empresa. Elas não têm um sistema de informações contábeis (fluxo de caixa, demonstrativo de resultados e balanço patrimonial). Tais dados segregados não constituem fontes de informação para a tomada de decisões, devendo ser analisados em conjunto. Não usam estas informações que têm em mãos para saber o que de fato aconteceu e o que isso representa para a empresa. Enfim, utilizá-las para saber sobre os custos é mais importante do que simplesmente registrar os valores gastos. Entender essas informações obtidas nos controles é fundamental para tomar decisões e ter domínio dos custos, e com isso, proporcionar ao negócio condições de enfrentar situações desfavoráveis ou tirar mais proveito das situações favoráveis, o que a ainda é uma “utopia” para estas empresas.

Comparando as três empresas analisadas, a Empresa 2 é a que está mais bem estruturada por conseguir registrar suas transações contábeis-financeiras, uma vez que as Empresas 1 e 3 ainda não conseguem registrar todos os dados. Porém o simples fato de registrar tais dados não significa geração de informação.

Neste diagnóstico global das três organizações, constata-se alguns problemas em comum, que coincidentemente ou não, poderiam ser solucionados através da adoção de um eficiente SIC e configuram-se como os principais motivos de mortalidade das MPEs, segundo relatório publicado pelo SEBRAE (2004) e SEBRAE/MG (2004). Ou seja, estas três empresas apesar de serem operacionalmente diferentes e pertencerem a setores diferentes tiveram problemas bastante similares àqueles identificados pelo SEBRAE (2004).

Percebe-se também que os principais problemas destas empresas se deram devido à inexistência de um planejamento de capital de giro e a problemas financeiros, indo de encontro com a pesquisa do SEBRAE.

Assim, é evidente a aplicabilidade e necessidade das informações contábeis para MPEs mineiras e para as três empresas em questão, uma vez, que, as informações contábeis estão presentes no planejamento (planejamento econômico-financeiro), na organização e na análise financeira (controle de estoques, controle e gestão dos custos, controles financeiros básicos, índices financeiros), e em menor parte no Marketing e propaganda (formação de preços de venda) das empresas analisadas.

Após realizada a coleta de dados do presente estudo, foi possível verificar a forma de utilização da contabilidade como fonte de informação e como ferramenta para o processo de tomada de decisão e controle nessas pequenas empresas. Além de não possuírem nenhuma das informações possibilitadas pelos Sistemas de Informação Contábil, percebeu-se também que, em todas organizações, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis. As demonstrações contábeis legais tornaram-se de difícil entendimento gerencial. É perceptível a imagem de algo que existe somente para o atendimento às exigências fiscais, que em todas as empresas observadas é diferente das informações reais, devido à necessidade de sonegação fiscal para sobrevivência das mesmas. E, conseqüentemente, fica relegado, ao segundo plano, o atendimento às necessidades da gestão dos negócios. Isso gera, de um lado, problemas fiscais para as MPEs, pois podem ser fiscalizadas à qualquer momento e sofrer penalização pela sonegação, o que pode inviabilizar o negócio e não restar outra alternativa que não seja a abertura do processo falimentar das mesmas. De outro lado, isso gera problemas gerenciais, uma vez que as informações contábeis não servem para nortear as decisões dos gestores, pois não correspondem à

realidade ocorrida, gerando dados e informações inverídicas e inconsistentes para análise e tomada de decisão. Tudo isso torna premente a necessidade de incorporar nestas empresas os conceitos de Contabilidade Gerencial e Sistema de Informações Contábeis.

Por todo o exposto, nota-se que a Contabilidade Gerencial e o SIC representam importantes conceitos e instrumentos capazes de fornecer informações para o processo de tomada de decisão e podem inclusive auxiliar na formulação de estratégias para micro e pequenos empreendimentos (MARION, 1997; LAUDON & LAUDON, 2001). No entanto, infelizmente, vem sendo negligenciados pelas três organizações deste estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, um eficiente Sistema de Informações Contábeis acompanhado de um bom Planejamento e Controle Financeiro são fatores básicos e imprescindíveis para a gestão das organizações, como mostrou a pesquisa do SEBRAE/MG (2004) e o estudo de multi-casos deste trabalho.

Observou-se que a situação das três MPEs - clientes da Apoio Consultoria - assessoradas pelos autores é muito precária, principalmente no que tange ao planejamento e controle financeiro. Estas apresentam problemas que poderiam ser evitados se houvesse um simples registro e análise de informações financeiras.

Verificou-se que as informações contábeis-financeiras não estão sendo utilizadas pelas empresas analisadas. Algumas apresentam carência destas informações em níveis maiores que outras. Identificou-se que, dentre as três, a Empresa 2 é a mais bem estruturada, seguida das Empresas 1 e 3, como se pôde ver na Tabela 2.

Outra descoberta do presente estudo foi que as informações mais relevantes para uma MPE sobreviver no mercado, na área contábil e financeira, são: inventário de estoque, controle de fluxo de caixa, demonstrativos financeiros (DRE, Balanço Patrimonial), informações de cobrança e recebimentos de duplicatas, custos e despesas e capital de giro, em suma, os dados financeiros operacionais básicos.

Percebidas algumas das principais variáveis de que dependem as empresas para um bom desempenho e desenvolvimento, nota-se que a contabilidade e a área financeira ocupam papel fundamental, como mostrado na pesquisa dirigida pelo SEBRAE/MG (2004). Nas organizações, a Ciência Contábil possui papel intrínseco na geração das informações necessárias às tomadas de decisões, nos mais variados modelos de gestão e com as mais diversas ferramentas gerenciais. O controle dos dados, a geração das informações e o domínio das técnicas contábeis favorecem o gerenciamento organizacional, permitindo um melhor acompanhamento das operações da empresa e de seus resultados, em todos os níveis e mercados.

Para futuros trabalhos sobre este tema, sugere-se que sejam realizados estudos com uma quantidade maior de MPEs em território nacional, ou selecionando outro estado ou cidade específica. Outro objeto de pesquisa poderia envolver um estudo sobre a implementação das ferramentas contábeis-financeiras nas MPEs e o monitoramento de seus resultados.

5. BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

GITMAN, Laurence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo : Harbra, 1997.

KAPLAN, Robert S.; JOHNSON, H. Thomas. **A relevância da Contabilidade de Custos**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LAUDON, K.C.; LAUDON, J. P. **Gerenciamento de Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC Editora. 3^a. ed. 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo : Atlas, 1997.

PEREIRA JR, Paulo Jorge; GONÇALVES, Paulo Roberto S. **A empresa enxuta**. Rio de Janeiro : Campus, 1995.

RESNIK, Paul. **A bíblia da pequena e média empresa**. São Paulo : Makron Books, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2^a. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SCHELL, Jim. **Guia para gerenciar pequenas empresas** : como fazer a transição para uma gestão empreendedora. Rio de Janeiro : Campus, 1995.

SEBRAE. **Coletânea estatística da micro e pequena empresa**. Brasília, 2004.

SEBRAE/MG. Diretoria Técnica - Estudos e Pesquisa. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2004.

SLACK, Nigel. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2^a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

¹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

² Para critério de classificação será adotado o conceito do SEBRAE de pessoas ocupadas nas empresas, sendo consideradas como **micro empresas** aquelas que na indústria e construção civil empregam até 19 pessoas e no comércio e serviços até 9 pessoas; e **pequenas empresas** aquelas que empregam na indústria e construção civil de 20 a 99 pessoas e no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas.

³ Algumas destas empresas nem chegam a elaborar demonstrativo de resultados e balanço patrimonial.

⁴ Tal classificação se justifica devido à existência de vasta literatura sobre o tema e já que busca descrever aspectos práticos das organizações objeto de estudo.

⁵ Entrevistas realizadas com diretores e contadores das organizações objeto de estudo.

⁶ Para melhor entendimento o autor adotou uma denominação gerencial, mas por se tratar de uma cooperativa a denominação correta seria Conselhos.